

TECENDO A MEMÓRIA DO TRABALHO INFANTIL EM CASAS DE FARINHA EM VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

TEJIENDO LA MEMORIA DEL TRABAJO INFANTIL EN CASAS DE HARINA EN VITORIA DE LA CONQUISTA - BA

Pollyana Andrade Sousa Viana
João Diógenes Ferreira dos Santos

Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista – BA/ polyandrade@ig.com.br
UESB/ diovc@uol.com.br

Resumo:

O presente artigo busca analisar como o trabalho infantil é concebido na memória dos trabalhadores adultos das Casas de Farinha do Bairro Campinhos, em Vitória da Conquista na Bahia. A categoria memória, na presente investigação, possibilita compreender a relação dialética estabelecida entre os significados manifestos hoje e aqueles que foram elaborados em momentos históricos do passado. As práticas metodológicas adotadas foram entrevistas semi estruturadas aliadas a observações, com a finalidade de trazer as concepções dos participantes da pesquisa. Os resultados revelaram que a memória dos entrevistados acerca da vivência como trabalhador desde a infância está impregnada por valores ideológicos que foram construídos no contexto histórico brasileiro, mas que ainda são difundidos na sociedade.

Palavras-chave: Trabalho. Trabalho Infantil. Memória.

Resumen:

El presente artículo busca analizar como el trabajo infantil es concebido en la memoria de los trabajadores adultos de las fábricas de harina del barrio Campinhos en Vitória da Conquista- Ba. La categoría memoria, en esta investigación, possibilita comprender la relación dialéctica establecida entre los significados presentados hoy y aquellos que fueran elaborados en momentos

históricos. Las prácticas metodológicas adoptadas fueran entrevistas semiestructuradas juntadas a observaciones, con la finalidad de traer las concepciones de los participantes de la encuesta. Los resultados aclararan que la memoria de los entrevistados acerca de la experiencia como trabajador desde la infancia está impregnada por valores ideológicos que fueran construidos en el contexto histórico brasileño, que todavía son difundidos en la sociedad.

Palabras clave: Trabajo. Trabajo Infantil. Memória.

Introdução

Esse artigo é resultado de uma investigação cujo objetivo foi analisar a concepção de trabalho infantil presente na memória dos trabalhadores adultos. Os dados empíricos foram coletados em “Casas de Farinha”ⁱ, situadas no Bairro Campinhos, na cidade de Vitória da Conquista-BA. Este bairro é conhecido por cultivar, comercializar e produzir derivados da mandioca.

Entendemos o trabalho infantil, como qualquer atividade realizada por crianças em idade inferior a onze anos e por adolescentes de doze a dezoito anos com objetivo de ganhar o próprio sustento e/ou de suas famílias, sendo ou não remunerados.

Buscamos discutir a memória que o trabalhador adulto tem do trabalho infantil, a partir da sua experiência como trabalhador desde a infância. Para essa compreensão tornou-se pertinente entender como determinados valores, ideias e conceitos trafegam no contexto brasileiro, tendo como subsídio explicativo os estudos de memória, uma vez que “existem muitas memórias coletivas geracionais que se cruzam no presente histórico, ou seja, memórias transmitidas, recebidas e transformadas pelos novos portadores da cultura” (MAGALHÃES *et al.*, 2009, p. 107).

A categoria memória possibilitou compreender a relação dialética entre os significados manifestos hoje e aqueles que foram elaborados em momentos históricos do passado. Nesse sentido, Halbwachs (1990) contribuiu de forma significativa ao se referir aos quadros sociais que compõem a memória. Segundo este autor, o indivíduo traz consigo lembranças, mas está sempre interagindo com a sociedade, por isso é no contexto das relações sociais que essas lembranças são construídas. “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a

memória coletiva, [...] este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e [...] este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (HALBWACHS, 1990, p. 55).

Nesse entrelaçamento mnemônico, os trabalhadores atribuem sentidos de acordo com suas possibilidades sociais. Como fazem parte de um “universo” socialmente limitado, seus valores restringem-se à estrutura à qual estão inseridos. Assim, algumas memórias relacionadas aos grupos dominados, como as vinculadas ao trabalho infantil, não são difundidas, são “subterrâneas”, como destaca Pollak (1989), e correspondem às lembranças confinadas no silêncio e transmitidas de uma geração a outra.

Ao pautar nosso interesse na apreensão de como a experiência do trabalho infantil é interpretada na atualidade por trabalhadores que a exerceram na infância, optamos pelos princípios da abordagem qualitativa. O método de entrevista semiestruturado foi largamente explorado, pois revela as falas dos sujeitos sobre suas condições de vida e sua concepção em relação ao trabalho realizado por crianças e adolescentes. Posteriormente, estas foram analisadas a partir da técnica de análise de conteúdo.

A base empírica da pesquisa constituiu-se por dez trabalhadores adultos (entre homens e mulheres), com idade entre 40 e 62 anos. O marco cronológico concentrou-se em trabalhadores que, na infância, foram inseridos na produção de farinha como mão de obra suplementar e no fato de que as dez pessoas que se dispuseram a participar da pesquisa se encontravam nessa faixa etária. Os adultos participantes do estudo são moradores do bairro Campinhos, trabalham desde a infância na produção da farinha e derivados, exercem variadas atividades dentro da unidade de produção, recebendo pagamentos por meio de diárias ou pelo que produzem.

Para a discussão da temática, apresentamos inicialmente a contextualização histórica do trabalho infantil no cenário brasileiro, destacando alguns momentos históricos para ilustrar as transformações na concepção de infância e adolescência, no intuito de entender como o trabalho infantil foi se delineando e encontrando condições para existir e se manter na sociedade contemporânea. Posteriormente tratamos do conceito de memória, pois consideramos que a memória individual ou coletiva é necessária para a compreensão das transformações processadas na realidade social e que seu resgate contribui para a apreensão da dinâmica da sociedade, revelando aspectos que podem acelerar o processo de superação das condições de subalternidade impregnadas pelo capital. Finalmente, empenhamo-nos em

compreender a noção e o sentido atribuídos ao trabalho infantil pelos entrevistados, visto que as experiências na infância deixam marcas no modo de ser e ver o mundo a ser incorporado pelo adulto.

Entendemos que, quando discutimos trabalho de crianças e adolescentes, o modo como se localizam essas memórias nas falas desses trabalhadores nos permite analisar as vivências laborativas de cada um, pontuadas por conceitos e valores sustentados por experiências que estão localizadas no tempo presente.

Trabalho Infantil: contextualização histórica

A tradição do trabalho infantil no país tem suas origens no século XVI, quando se deu o processo de colonização das terras brasileiras. A carência de mão de obra adulta fazia com que crianças pobres fossem embarcadas como trabalhadores nas naus que vinham de Portugal, na condição de grumetes, pajens, órfãos do rei – mandadas à Colônia para se casarem – ou na condição de passageiros, na companhia dos pais ou parentes (RAMOS, 1995).

Nessas situações, as crianças eram vitimadas pelas condições insalubres, trabalho pesado, fome, doenças, além de sofrerem abusos sexuais. Lutando pela sobrevivência em um ambiente de privações e de violência, ainda poderiam ser escravizadas e prostituídas. (RAMOS, 1995).

Em terras brasileiras, a situação não era muito diferente: as crianças eram demarcadas de acordo com sua classe social ou situação étnica, gerando infâncias distintas dentro da sociedade. De acordo com Santos (2007, p. 228):

A natureza de classe da sociedade colonial construiu a concepção de infância de acordo com as necessidades do dinamismo do sistema, ou seja, a criança escrava deveria trabalhar com o objetivo de dar retorno ao investimento do seu proprietário. Desse modo, não se buscava a meiguice e a pureza nas crianças negras escravizadas, como se fazia entre os filhos dos senhores, e sim, o trabalho.

Custódio (2006) esclarece que, embora no período imperial a infância comece a ser reconhecida como uma etapa do desenvolvimento humano, isto não significou a valorização da criança; ao contrário, serviu para demarcar as diferenças de classe entre os filhos da elite e

filhos dos setores estigmatizados da sociedade (órfãos, expostos, menores, delinquentes), componentes das classes populares que eram desvalorizadas.

Com a promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871, instaurou-se a contradição em relação ao universo infantil: a lei passou a proteger as crianças do trabalho escravo, mas contribuiu para aumentar significativamente a população de crianças e adolescentes moradores de rua, que passaram a vagar sem moradia ou remuneração (RIZZINI, 1995).

O advento da República inaugura o projeto de crescimento nacional, enfocando o trabalho como solução para o problema da ociosidade. Nesse sentido, há toda uma pressão por parte das elites para a criação de leis que reprimissem a vadiagem, o alcoolismo, o jogo e a criminalidade, forçando os libertos a retornarem ao mercado de trabalho e se converterem em trabalhadores disciplinados e produtivos (COLBARI, 1995).

Era necessário que o conceito de trabalho ganhasse uma nova roupagem, despiando-se de seu caráter degradador, característico da sociedade escravista, e se articulasse com os conceitos de “ordem” e “progresso” da nova sociedade que surgia, dentro dos ideais burgueses. (CHALHOUB, 2001). Essa situação é descrita por Chalhoub da seguinte forma:

O problema que se coloca, então, é que o liberto, dono de sua força de trabalho, torne-se um trabalhador, isto é, disponha-se a vender sua capacidade de trabalho ao capitalista empreendedor. Por outro lado, esse problema tinha seu aspecto prático que se traduzia na tentativa de propor medidas que obrigassem o indivíduo ao trabalho. Por outro lado, era preciso também um esforço de revisão de conceitos, de construção de valores que iriam construir uma nova ética do trabalho. (2001, p.65).

As ideias proferidas sobre o trabalho e sobre o trabalho infantil acabam sendo incorporadas pelas classes populares como um valor que confere dignidade, sendo repassado entre as gerações para referendar suas condutas sociais, instituindo regras e precedentes através dos costumes que segundo Thompson (1998), atuam com a força de lei. Dessa forma, “as práticas e as normas se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes” (THOMPSON, 1998, p. 18).

Por causa da predominância de moradias que não dispunham de condições mínimas, as doenças infectocontagiosas surgiam, dizimando as classes pauperizadas. Ao mesmo tempo, disseminava-se a promiscuidade, dificultando a formação de valores e formas de conduta compatíveis com o modelo de produção capitalista. Para controlar a vida social e impedir a

proliferação dessas moradias, foram implementadas políticas com princípios higienistas e moralizadores (SANTOS, 1995).

A promulgação do Código de Menores de 1927 trouxe a orientação prevalecente da política para crianças e adolescentes, indicando dois encaminhamentos para o “problema do menor”: o abrigo, onde era transmitida a disciplina; e a assistência, fundamentada na repressão (PILLOTTI e RIZINI, 1997).

As ações filantrópicas reproduziam essa forma de controle, inaugurando uma rede de escolas direcionadas a menores abandonados e delinquentes. Os valores relacionados ao trabalho eram reproduzidos, e as crianças passaram a trabalhar mais de doze horas por dia, em ambientes insalubres, sob forte disciplina. Elas eram o alvo de uma política que enaltecia o trabalho como forma de resgate.

Para Rizzini (1995, p. 380):

Tratava-se de uma política voltada para o ordenamento do espaço urbano e de sua população, por meio do afastamento dos indivíduos indesejáveis para transformá-los nos futuros trabalhadores da nação, mas que culminava no uso imediato e oportunista do seu trabalho. A história desses institutos mostra que o preparo do jovem tinha mais um sentido político-ideológico do que de qualificação para o trabalho [...] pois o mercado pedia [...] trabalhadores baratos e não qualificados, porém dóceis, facilmente adaptáveis ao trabalho.

Desenvolve-se uma infância dicotômica: de um lado aquela protegida pela família, a quem estava reservado um futuro promissor; e, de outro, a criança da classe trabalhadora, para qual seria aplicado o trabalho regenerador (ARAUJO, 2002).

A partir da Era Vargas (1930-1940), a infância ganha repercussão como preocupação nacional no processo de redefinição de nação (FALEIROS, 1997). Em nome da ordem pública consagrou-se uma política repressiva que pautava na ideologia autoritária do regime militar, mascarada sob a forma de assistência social, com internação de crianças abandonadas e carentes, entendidas como infratoras, através da moralização e do trabalho, segundo os princípios de “ordem e progresso”.

Com o Código de Menores de 1979, foi introduzido legalmente o conceito de “menor em situação irregular”, ratificando as desigualdades e legitimando a concepção do trabalho como redentor da infância, como justificativa para a exploração do trabalho de crianças e adolescentes.

Na década de 1980, em meio ao movimento democrático, as discussões sobre os direitos da criança vão se ampliando: a Constituição Federal de 1988 passa a proibir qualquer trabalho aos menores de 14 anos; o assunto ganha intensidade com a Convenção dos Direitos da Criança em 1989; posteriormente, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente legitima a cidadania como direito da criança, como dever do Estado e da sociedade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, no seu artigo 60, assegura: “é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos salvo na condição de aprendiz”. Até os 12 anos, o trabalho é expressamente proibido. Somente após os 14 anos é que poderá haver relações de trabalho, mediante um contrato estabelecido pela legislação trabalhista. Aos adolescentes, porém, são proibidos trabalhos noturnos, insalubres, perigosos e prejudiciais à educação e à moral.

O Brasil hoje possui mais de três milhões de crianças e adolescentes incorporados ao processo produtivo, em atividades ou não, em empregos informais, ilegais, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (CENSO, 2010).

Os estudos que versam sobre a inserção de criança e adolescentes no trabalho no cenário brasileiro, quase sempre, o explicam com base na relação trabalho e pobreza, restringindo-se, portanto, ao aspecto econômico, ao modo de produção capitalista que alimenta as desigualdades sociais. No entanto a literatura registra outros fatores que permeiam a questão do trabalho infantil.

Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2007), a pobreza é a principal causa do trabalho infanto-juvenil. Por sua vez, Lima (2002) pondera que esse ingresso precoce é consequência da concentração de renda nas mãos de poucos, da pobreza que dela resulta e da necessidade de complemento de renda por parte das famílias carentes.

Brasil (2007) destaca que, junto à pobreza, existem os aspectos culturais e ideológicos, uma vez que o trabalho é considerado como um elemento disciplinador e preventivo da marginalidade, o que contribui para que crianças e adolescentes precocemente se insiram no trabalho, principalmente os das classes populares. Corroboram essas informações as pesquisas de Campos e Alvarenga (2001), que identificam a existência de uma ideologia que considera o trabalho como formador, ocultando a separação de classes que ele estabelece.

Vários e complexos são os motivos que facilitam o ingresso precoce em atividades laborais e, mesmo considerando a emergência e a ampliação de políticas de combate ao trabalho infantil, ele persiste em várias atividades no cenário brasileiro.

A análise dos dados do censo 2010, pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI)ⁱⁱ, realizado em junho de 2012, revelou uma redução do percentual de trabalhadores infantis ao comparar os censos de 2000 e 2010. Houve uma diminuição de 13,44% na faixa etária entre dez e dezessete anos, no entanto, segundo o documento, um acréscimo no grupo que se encontra com idade entre dez e treze anos.

Ainda segundo este documento, na região Nordeste, a redução se estendeu a todos os estados.

As outras regiões brasileiras contribuíram para este desempenho negativo da média nacional. No entanto, ainda no Nordeste, há destaque para o estado da Bahia, por apresentar maior número absoluto de trabalhadores infantis na faixa etária entre dez (10) e treze (13) anos, correspondendo a 11,2% do trabalho infantil do país. E também o maior percentual de crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos que trabalham: 13,5%. (FNPETI, 2012).

É dentro desse quadro no município de Vitória da Conquista - BA que podemos visualizar famílias do bairro Campinhos, que, na luta pela sobrevivência, são obrigadas a inserir crianças e adolescentes no mercado de trabalho como forma de compor o orçamento doméstico e aliviar a situação de precariedade em que se encontram.

A memória coletiva dá margem para se perceber como é formado o processo de socialização de crianças e adolescentes no beneficiamento da mandioca, como prática social articulada aos grupos de convívio, como a família e o trabalho.

Memória Social

O tratamento da memória como fenômeno social foi dado por Maurice Halbwachs, sociólogo francês, que, seguindo as premissas da tradição sociológica que remonta a Émile Durkheim, situou-a em relação aos grupos e instituições, dando-lhe um novo direcionamento, em uma época em que era compreendida apenas como fenômeno individual.

Partindo do princípio de que a lembrança se constitui no fundamento da memória e que a relação entre indivíduo e sociedade constitui seu substrato, Halbwachs (1990) vai deslocá-la dos fenômenos psicológicos e situar seu enfoque nas funções que ela assume no interior dos grupos e da sociedade (BOSI, 1994).

Ainda assim, a memória é dotada de individualidade, restringe-se ao âmbito da vida das pessoas e se encontra enraizada no social. Embora reconheça a individualidade da memória, Halbwachs (1990) acredita que esta existe sempre a partir de uma memória coletiva,

que é para ele a questão central. Seu caráter coletivo advém dessas múltiplas interações e trocas dos indivíduos entre si, pautadas em quadros sociais. Esses quadros, constituídos pelos grupos que compartilhamos (família, bairro, trabalho), complementam e confirmam nossas memórias, atribuindo a função de perpassante entre as gerações.

No caso dos participantes da pesquisa, rememorar o trabalho quando criança envolve valores do hoje, na posição que ocupam como pais, mães ou, nas palavras de Halbwachs (1990, p.26) "se o que vemos hoje tivesse que tomar lugar dentro do quadro de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptariam ao conjunto de nossas percepções atuais".

Nessa construção, encontramos um conjunto de vivências que formam a memória que marca o trabalho infantil. São experiências que se sedimentaram e que perduram nas relações de trabalho, formando-se memórias que, de alguma forma, tecem e se sustentam no presente.

Ao observar a memória por ângulos variados, tratamos de um espaço de conflito de poderes em que constantemente sua construção e seletividade estão atuando. É nesse contexto que Pollak (1989), contrariando a linha halbwachiana, traz um viés crítico e, principalmente, uma atualização em relação à produção do conhecimento voltado para a memória. A premissa desse autor parte da abordagem de como os fatos sociais tornam-se coisas e se solidificam na sociedade.

Segundo Pollak:

Não se trata mais de lidar os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto, pelos processos e pelos atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias (POLLAK, 1989, p. 2).

Por sua vez, o "lembrar e o esquecer" podem estar relacionados às estratégias de grupos de poder, de tal modo que a manutenção de determinadas lembranças pode estar atrelada a um processo de socialização histórica e política, um verdadeiro enquadramento da memória, que influencia nas formas de identificação dos sujeitos.

Esse enquadramento, realizado por indivíduos, classes sociais ou instituições, atribui ideias e valores simbólicos a um passado, para justificar ou manter a ordem vigente. Há toda

uma construção social voltada para a infância pobre no intuito de inseri-la nas relações de trabalho.

No entanto Pollak (1989) chama a atenção, ao discorrer sobre quadros sociais, realçando fatos que, de certo modo, tendem a ser perpetuados, trazendo para o relato histórico memórias que não são ditas, que são silenciadas e que, em momentos de crise, afloram. Assim ele ressalta “a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõe à ‘memória oficial’, no caso, a memória nacional” (POLLAK, 1989, p. 4). São memórias guardadas, ou ignoradas, dos integrantes das classes excluídas e dos marginalizados da sociedade, que prosseguem vivas e subversivas no silêncio, transmitidas por muito tempo entre gerações sucessivas, em redes de sociabilidade e familiares.

Nesse caso, os valores se realizam no cotidiano dos trabalhadores e se definem não somente pelos aspectos econômicos, mas pelas relações sociais caracterizadas por uma realidade estratificada e exploradora, tratadas em sua consciência e cultura e, por vezes, manifestadas nas suas lembranças.

Ao fazermos o entrelaçamento da memória coletiva com o trabalho, como reprodução dos meios de vida, percebemos que a produção das relações sociais, dos costumes, dos valores ocorrem simultaneamente. Com isto, entendemos que a memória do trabalho infantil não é indiferente ao processo de produção das condições materiais de existência em Campinhos, dentro da sociedade capitalista. É também ideologicamente construída e, por isso, “enquadrada”, destinada aos filhos da classe trabalhadora.

Concepções sobre o trabalho infantil: abordagens na produção de farinha

Os relatos compõem uma variedade de informações que, apesar da fragmentação pessoal, estão ligadas às vivências dos personagens em seus grupos de convívio. As experiências vivenciadas por eles, como trabalhadores precoces, lhes proporcionaram a posteriori determinar a maneira de interpretar o seu passado.

O que esses adultos apreenderam na infância sobre o trabalho resulta de sua interação social, de forma que o individual se sustenta no coletivo. A família e as casas de farinha apresentam-se como grupos inter-relacionados com características específicas, entretanto não são independentes. É de dentro das famílias que emanam os trabalhadores infantis para a produção de que essas casas precisam.

Na minha casa todo mundo trabalhava. Meu pai levava nós pra casa de farinha e ia ensinando fazer as coisas. Pra ele quanto mais cedo aprendesse, era melhor pra ter uma ocupação (Entrevista com João, 52 anos)ⁱⁱⁱ

Meu pai levava nós todos pra trabalhar fazendo farinha. Os mais velhos iam raspando, e os mais pequenos tirava as pontas das raízes. Nesse tempo o pagamento era pelo balaio. Numa casa grande, era preciso raspar muita mandioca (Entrevista com Maria, 40 anos)^{iv}.

O valor do trabalho é, muitas vezes, dotado de um poder normativo, em virtude do que lhe é imposto, moldando a sua forma de agir e pensar. Este molde é, a princípio, transmitido pela família em sua própria dinâmica, que possibilita repassar para as crianças e adolescentes valores morais condizentes com o contexto em que vivem.

A percepção do trabalho encontra-se atrelada às vivências dos participantes e as suas experiências de infância, não havendo, desse modo, uma homogeneidade de pensamentos. Em diferentes jeitos de expressar, atribuem ao trabalho infantil uma concepção positiva:

Aprendi com meu pai que tem que ser homem desde cedo. O que ele tinha para oferecer pra nós era só o trabalho. É o que eu fiz, é o que sei fazer. Era um tipo de ensinamento. (...) Acho que é uma forma de não se envolver com más companhias e principalmente com drogas. É um caminho de vida melhor para o futuro (Entrevista com o senhor João, 52 anos)^v.

Em relação à concepção de trabalho infantil presente em suas memórias, a fala do senhor João, 52 anos, merece a atenção. A atividade de trabalho está permeada pela memória da convivência com os ensinamentos do pai. As lembranças revelam um orgulho por ter uma habilidade herdada pela longa convivência. É possível perceber que o conhecimento transmitido foi apenas técnico, mas, sim, de valores morais que se materializam nas relações de trabalho. Essa relação com o pai é constatada em Bosi (1994, p.481) “aquilo que se viu e se conheceu bem, aquilo que custou anos de aprendizado e que, afinal, sustentou uma existência, passa (ou deveria passar) a outra geração como um valor”.

A inserção de crianças e adolescentes no trabalho é vista pelos trabalhadores com certa naturalidade, como “ajuda” à família ou como mecanismo disciplinador, para ocupação do tempo livre. São significativos os depoimentos que justificam esses valores.

Acho que é melhor trabalhar do que ficar na rua, desde que não empate o estudo (Entrevista com o senhor Luís, 47 anos)^{vi}

Por uma parte eu acho certo porque, pelo menos, ela vindo comigo, tá arrumando alguma coisa. Já dar pra comprar uma blusa, uma sandália. Ajudar, sim, é melhor do que estar pegando as coisas dos outros. Se começa

a fazer coisa errada, é um caminho sem volta (Entrevista com dona Maria, 40 anos)^{vii}

Eu acho que o mundo tá muito difícil, e os pais têm que colocar os filhos pra trabalhar desde cedo, pra tá livrando de outras coisas. Criança que fica com cabeça vazia acaba indo mexer com o que não deve e acaba dando preocupação para os pais (Entrevista com dona Dalva, 62 anos)^{viii}

Não vejo nada de errado em colocar os meninos pra trabalhar novo. Deixar esses moleques de cabeça vazia é só pra envolver com o que não presta. Melhor é estar trabalhando (Entrevista com dona Edna, 47 anos)^{ix}

Essas pessoas expressam uma concepção construída como valor social, apontada como contramão entre a dignidade e a marginalidade. No meio social a que pertenceram na infância, elas percebiam o trabalho infantil como algo que não traz danos, como formador e positivo. Ocorre que essa memória que é transmitida não é apenas passado, ela é presente e futuro (Halbwachs, 1990), o que acaba propagando que o trabalho infantil é solução para o ócio. O trabalho de crianças e adolescentes é entendido e legitimado pela sociedade, sendo imposto às famílias empobrecidas como uma falsa solução aos seus problemas econômicos e sociais, estigmatizando a infância dos pobres com mitos voltados à dignidade e à regeneração.

No Brasil, essa cultura do trabalho arraigada na dignidade é comentada por Simon Scharzman (2001):

A sociedade brasileira aceita o trabalho infantil como um meio de as camadas menos favorecidas economicamente aprenderem uma profissão, evitando seu ingresso na marginalidade, sendo que a idade mínima é uma referência legal com limitações dada a própria realidade social que acredita ter maior mérito quem está trabalhando do que roubando (SCHARTZMAN, 2001, p.3).

Estão presentes nos relatos as práticas da sociedade brasileira. As ideias reproduzidas têm seu sentido carregado pelo trabalho como antídoto à marginalidade, mas cuja dose só é aplicável a crianças pobres (CAMPOS; ALVARENGA, 2001). Em outras palavras, um processo de enquadramento das memórias coletivas, interpelado por ideologias, como referências para impor a dominação econômica.

Nessa perspectiva, acreditam que as crianças e os adolescentes, ao trabalharem, fogem dos vícios (como drogas, álcool e outros), não roubam e, particularmente, tornam-se um meio de atenuar a pobreza.

Com isso, evidencia-se uma repetição na história de vida de algumas pessoas, pois, assim como foram trabalhadores na infância, seus filhos também o são, confirmando o que é apontado pela literatura: os pais que foram trabalhadores precoces têm maior probabilidade de

que seus filhos o sejam (KASSOUF, 2007), sobretudo porque veem o trabalho como natural e formador.

Nesse pressuposto, os sentidos atribuídos ao trabalho não podem ser compreendidos como algo único, fechado, mas, sim, dialético, pois se trata de construções coletivas, que são difundidos socialmente, e cada sujeito se apropria e significa essa realidade de forma diferente. Neste caso, quatro dos entrevistados da pesquisa reconhecem que, mesmo sendo necessário, o trabalho precoce não representa a melhor alternativa para o futuro.

Comecei a trabalhar cedo e não quero para meus filhos. O trabalho de criança não é uma coisa boa, pois não estuda direito, acaba ficando sem profissão e não arranja um trabalho certo (Entrevista com o senhor Everaldo, 56 anos)^x

Os pais têm que pensar direito antes de levar seus filhos para o trabalho. Claro aqueles que não querem estudar têm que trabalhar mesmo. Devem ir primeiro para a escola pra não ficar igual eu, sem ter outra alternativa na vida (Entrevista com o senhor Sílvio, 44 anos)^{xi}

Esse reconhecimento se dá em função das próprias experiências de vida, uma vez que seus pais também começaram a trabalhar cedo para ajudar seus avós. Porém, eles ressaltaram que gostariam que os filhos tivessem um futuro melhor, já que iniciaram precocemente no trabalho e acabaram por reproduzir a vida que tiveram seus pais.

Nesse pressuposto, o trabalho infantil vai ganhando forma e força necessárias à expansão e reprodução do capital; ao mesmo tempo, a concentração de riqueza acaba fomentando a precariedade das condições de vida, impondo a condicionalidade do trabalho como meio de sobrevivência. O cotidiano das pessoas encontra-se impregnado pelas mazelas do capitalismo, que, de certa forma, acabam reproduzindo os valores impostos por este sistema.

Obviamente, mesmo essa memória organizada que deseja passar e se impor não se apresenta de forma estanque, pois existem rupturas e circunstâncias do presente, como descritas por Michel Pollak (1989). Assim, pode-se perceber que a memória construída vai incorporando elementos que a fazem emergir com significados novos, adquiridos com as experiências de seus portadores.

Acho que as crianças têm que primeiro estudar, pra depois se envolver com trabalho. Trabalhar é bom, mas priva a gente de muita coisa. (Entrevista com dona Maria Aparecida, 40 anos)^{xii}

Eu trabalhei muito, dei duro. Meus filhos não passaram por isso, nasceram em berço de ouro. Todos dois tiveram oportunidade de estudar, se não terminou é porque não quis. O certo é esse, o tempo de estudar é um e o de trabalhar é outro (Entrevista com o senhor Agnor, 51 anos)^{xiii}

Em um contexto marcado por um sistema econômico excludente e principalmente carregado de ideologias, as estratégias de resistência desses trabalhadores se apresentam com as mais diversas formas, seja como silêncio sobre o passado, seja reproduzindo essas ideologias, uma vez que a memória oficial perpassa a individualidade na elaboração do que denominamos memória coletiva (HALBWACHS, 1990).

Observamos, a partir dessa assertiva, que as memórias subterrâneas têm suportes que contribuem para que não se percam e que refletem formas, mesmo que silenciosas de opor-se às ideologias dominantes, às memórias que se constituíram em memórias oficiais, ou melhor, em memórias nacionais.

As entrevistas mostraram que as concepções presentes na memória dos trabalhadores acerca do trabalho infantil são diversas. Elas são caracterizadas pelas experiências vivenciadas no trabalho, pelas condições de vida e pelo meio social do qual faziam parte. Na tentativa de formar o sentido pessoal, estes fatores interagiram de diversas formas, conferindo ao trabalho precoce um sentido pessoal ora positivo, ora negativo.

A ideia do trabalho como formador moral é carregada de valores impostos pelo capital, possibilitando que toda e qualquer forma de trabalho, inclusive aquelas que tomam o tempo da infância, seja explorada. Nesse pressuposto, o trabalho infantil vai ganhando forma e força e acaba fomentando a precariedade das condições de vida, impondo a condicionalidade do trabalho como meio de sobrevivência.

Sendo assim, compreendemos que a relação moralidade e trabalho, presente na concepção dos trabalhadores entrevistados, constitui uma memória respaldada, em parte, pelo contexto que permeou a história da sociedade no momento que eles viveram, somado às experiências que tiveram na infância. Desse modo, na memória dos trabalhadores das casas de farinha, estão sedimentados significados e concepções que justificam a inserção de crianças no trabalho e que são repassados entre gerações. Trata-se, assim, de um cenário em que os valores relativos à infância foram construídos em afinidade com a sociedade moderna, que se diz mais justa e igualitária, mas, ao mesmo tempo, que é produtora de diferença, exclusão e marginalidade (TORRES, 2011).

Referências

- ARAÚJO, V. C de. **A naturalização do trabalho infantil**: O movimento de apropriação e legitimação da criança como força de trabalho. 2002. Tese (Doutorado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos (3a ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Ministério da Criança, 1991.
- _____. Ministério da Saúde. **Trabalho infantil**: diretrizes para atenção integral à saúde de criança e adolescentes economicamente ativos. Brasília, DF, 2007.
- CAMPOS, H. R.; ALVERGA, A. R. **Trabalho infantil e ideologia**: contribuição ao estudo da criança indiscriminada na dignidade do trabalho. Estudos de Psicologia, v. 6, n.2, p. 227-233, 2001.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.
- _____. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- COLBARI, A. **Ética do trabalho**: a vida familiar na construção da identidade profissional. São Paulo: Letras & Letras, 1995.
- CUSTÓDIO, A. V. **A exploração do trabalho infantil doméstico no Brasil contemporâneo**: limites e perspectivas para sua erradicação. Tese (Doutorado em Direito). Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- FALEIROS, V. de P. Infância e processo político no Brasil. In I. Rizzini & F. Pilotti. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula, 1997.
- FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL-FNPETI. A evolução do trabalho infantil no Brasil de 2000 a 2010. Brasília: junho. 2012.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- IBGE. **Censo demográfico 2010** -. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jun. 2012.
- KASSOUF, A. L. **O que conhecemos sobre o trabalho infantil?** Nova Economia, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p.1-28, 2007. Disponível em <www.scielo.br>. Acesso em: 6 de set. 2012.
- LIMA, C. G. C. **O impacto do trabalho precoce na vida de crianças e adolescentes**: aspectos da saúde física e mental, cultural e econômico. Trabalho precoce, saúde e desenvolvimento mental. Ribeirão Preto, SP, 2002. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/trab_infantil/pub_541.pdf>. Acesso em 21 de jul. 2012.
- MAGALHÃES, L. D. R. *et all*. **Memória e transmissão das experiências como desafios para os estudiosos da educação**. In: Revista HISTEDBR online, n. 36, Campinas – SP, dez. 2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Agenda nacional de trabalho decente**. Brasília, DF, 2007.

PILLOTTI, F.; RIZZINI, I. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula, 1997.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRIORE, M. D. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 3. ed., 1995.

RAMOS, F. P. História trágico–marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORE, M. D. **História das crianças no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1995.

RIZZINI, I. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1995.

_____. **O século perdido**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1997.

SANTOS, J, D. F. **Trabalho infanto-juvenil e a violação do corpo**. (Dissertação de mestrado em Sociologia), Universidade Federal da Paraíba, 1998.

_____. **As diferentes concepções de infância e adolescência na trajetória histórica do Brasil**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.28, p.224 –238, dez. 2007. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edições/28/art25_28.pdf>. Acesso em: jun. 2012.

SANTOS, M. A. C. Criança e Criminalidade no início do século. In: Priore, M. del. **História das crianças no Brasil**. 3 a ed. São Paulo: Contexto, 1995.

SOUZA, S. J. Re-significando a psicologia do desenvolvimento: uma contribuição crítica à pesquisa da infância. In: KRAMER, Sonia (org.). **Infância**: fios e desafios da pesquisa. 3. ed., São Paulo: Papyrus, 1998.

SCHWARTZMAN, S. **Trabalho infantil no Brasil**. - Brasília: OIT, 2001.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

TORRES, M. A. S. **Trabalho infantil**: trabalho e direitos. Maceió: EDUFAL, 2011.

NOTAS

ⁱ Local onde ocorre o beneficiamento da mandioca para a produção de farinha e derivados.

ⁱⁱ Relatório do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Disponível em: <<http://www.fnpeti.org.br>>. Acesso em 20 de junho de 2012.

ⁱⁱⁱ Entrevista com João Gomes, concedida em 23 de agosto de 2012.

^{iv} Entrevista com Maria Vieira Cardoso, concedida em 17 de agosto de 2012

^v Entrevista com João Gomes, concedida em 23 de agosto de 2012.

^{vi} Entrevista com Luís Silva Lima, concedida em 14 de julho de 2012.

^{vii} Entrevista com Maria Vieira Cardoso, concedida em 17 de agosto de 2012.

^{viii} Entrevista com Dalva Dias Vieira, concedida em 28 de junho de 2012.

^{ix} Entrevista com Edna Vieira Santos, concedida em 17 de agosto de 2012.

^x Entrevista com Everaldo Gomes de Oliveira, concedida em 24 de agosto de 2012.

^{xi} Entrevista com Sílvio Silva Lima, concedida em 14 de julho de 2012.

^{xii} Entrevista com Maria Aparecida Rodrigues, concedida em 21 de agosto de 2012.

^{xiii} Entrevista com Agnor Lima Santos, concedida em 28 de junho de 2012.

Sobre os autores

Pollyana Andrade Sousa Viana – Mestre em “Memória: linguagem e sociedade” pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, professora da rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista – BA.

João Diógenes Ferreira dos Santos – Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pesquisador do Museu Pedagógico e professor do Programa de Pós-Graduação em “Memória, Linguagem e Sociedade” da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Orientador da pesquisa.